

Sergipe e sua Emancipação no Processo de Independência do Brasil*

*Samuel Barros Medeiros Albuquerque***

Assim como o 7 de setembro de 1822 está para o processo de Independência do Brasil, o 8 de julho de 1820 está para o processo de Independência de Sergipe em relação à Bahia. Nos dois casos, temos efemérides ligadas a processos que, evidentemente, não se restringem a essas datas. Pelo contrário, eles antecedem e sucedem os eventos que rememoramos em 8 de julho e 7 de setembro.

Sem exceções, os historiadores sergipanos, desde Felisbello Freire, com sua fundadora “História de Sergipe”, de 1891, concordam que a Independência de Sergipe está intimamente ligada ao processo de Independência do Brasil. Alguns autores, como Maria Thetis Nunes, até recuam um pouco mais, ao estudar os motivos da nossa independência. Mas todos concordam que o processo de Independência de Sergipe se concentrou a partir da década de 1810, correndo em paralelo e ligado ao processo de Independência do Brasil.

E o que celebra o 8 de julho? O Hino de Sergipe nos dá a resposta. Afinal, nosso hino é um cântico de louvor ao 8 de julho. Anualmente, é com ele que celebramos a data magna de Sergipe, data em que D. João VI, no Paço do Rio de Janeiro, assinou a carta régia emancipando Sergipe do jugo da Bahia, tornando-o uma capitania independente.

* (Discurso proferido no VII Colóquio dos Institutos Históricos promovido pelo IHGB, em 17/08/2022)

** Historiador. Professor Doutor da Universidade Federal de Sergipe e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Desde o ano passado, destacadamente na palestra que proferi no Ciclo Bicentenário das Independências, promovido pelo Instituto Histórico de Pernambuco, venho pondo em revista as leituras historiográficas sobre as causas da emancipação política de Sergipe. O que dizem os principais intérpretes da história da Sergipe sobre as causas, os motivos que levaram ao 8 de julho?

Felisbelo Freire, lançando uma tese repetida, irrefletidamente, por mais de um século, leu o 8 de julho como uma retribuição da Coroa, um ato de gratidão de D. João VI, pelo apoio dos sergipanos ao movimento de repressão aos revolucionários pernambucanos de 1817. Maria Thetis Nunes, tanto em “Sergipe Colonial II”, de 1996, como em “Sergipe Provincial I”, de 2000, ampliou a interpretação de Felisbelo, enfatizando o desenvolvimento da agroindústria açucareira, a partir de meados do século XVIII, como causa econômica para o ato político representado pela carta régia de 1820. Recentemente, Edna Maria Matos Antonio, em “A independência do solo que habitamos”, de 2012, retomou, aprofundou e ampliou as leituras sobre a emancipação de Sergipe, enfatizando a implementação de reformas político-administrativas gestadas pela Coroa antes mesmo de 1817.

Fato é que Sergipe mal sentiu o gosto da sua independência em 1820. Ela só viria, efetivamente, no decurso e estreitamente ligada ao processo de independência do Brasil, notadamente em fins de 1822, quando D. Pedro I confirmou a carta régia de 1820, ratificando, assim, a Independência de Sergipe.

O que ocorreu após o 8 de julho de 1820? Sabemos que D. João VI nomeou o brigadeiro Carlos César Burlamaque para governar Sergipe; sabemos que Burlamaque chegou a tomar posse, mas também sabemos que, meses depois, como desdobramento da Revolução do Porto (princiada em agosto de 1820), a independência de Sergipe soçobrou.

A Bahia apoiou as Cortes de Lisboa e, aproveitando-se do momento de instabilidade e de fragilidade monárquica, fez da carta régia de 1820 uma lei morta e reanexou Sergipe. Burlamaque foi levado preso para a Bahia, sendo encarcerado no Forte do Mar,

e Sergipe amargou o retorno à sua antiga condição de capitania anexa.

Ninguém melhor que Thetis estudou os acontecimentos que se desdobraram em Sergipe após a reanexação. A velha Thetis, pseudomarxista ou não, positivista ou não, revelou-nos o peso, a influência, no referido processo, das elites provenientes do que chamo de Nordeste Sergipanizado da Bahia, principalmente do grupo liderado pelo comendador João Dantas dos Imperiais Itapicuru, patriarca da influente família Souza Dantas. Esse grupo esteve diretamente ligado ao processo de aclamação de D. Pedro em Sergipe, bem como à integração dos sergipanos no movimento de repressão aos rebeldes de Salvador, que culminou no 2 de julho de 1823.

Há exatos seis anos, estive no antigo engenho Camuciata, em Itapicuru, na Bahia, atendendo ao convite da família Dantas, na pessoa do anfitrião, o senhor Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, que realiza encontros periódicos, reunindo os descendentes dispersos do coronel João Dantas. No belo sobrado do Camuciata – reedificado na década de 1890 pelo Barão de Jeremoabo, neto do coronel João Dantas – encontrei e ajudei a descerrar uma lápide comemorativa que anuncia: “Neste local, antigo quartel ‘Santo Antonio do Camuciata’, em 1823, o capitão-mor João D’Antas dos Imperiais Itapicuru, membro da Junta Interina que governou a Bahia em Cachoeira, partiu com uma tropa de 500 cavaleiros para lutar em prol da Independência da Bahia, nos campos de Pirajá, sob o comando do General Pedro Labatut. Deste sítio histórico, seguiu também, com seus filhos e patriotas da Independência, de Itapicuru para a Província de Sergipe, com um contingente de 2000 homens, para aclamar D. Pedro I, Defensor Perpétuo do Brasil, nos municípios de Tobias Barreto, Lagarto, Santa Luzia, Estância e São Cristóvão”. Eis um registro epigráfico recente, fixado à cabeceira do berço na família Souza Dantas, produzido na encruzilhada entre História e Memória.

Em decorrência da aclamação do imperador em Sergipe, em fins de 1822, e do apoio dos súditos sergipanos à causa da Independência, o imperador D. Pedro I confirma a carta assinada por seu pai poucos anos antes, ratificando a emancipação de Sergipe e

sua constituição como capitania independente da Bahia em 05 de dezembro de 1822.

Sobre isso, assinalou Felisbello Freire: “Por carta imperial de 5 de Dezembro de 1822, S. M. o Imperador tinha elevado Sergipe à província de segunda ordem, completamente independente da Bahia, conforme o Decreto de 8 de julho de 1820” (Freire, 1891, p. 249).

Sergipe d’El Rey, com seu espírito realengo, subserviente e pouco esclarecido, diria Felisbello Freire, sempre fez causa comum à casa de Bragança. Deu de ombros aos revolucionários de Pernambuco em 1817 e, aclamando e apoiando os propósitos do novo monarca, readquiriu sua Independência da Bahia em dezembro de 1822, no contexto das guerras pela Independência do Brasil.

Muitos foram os sergipanos que, triunfantes, entraram em Salvador no 2 de julho e, depois, regressaram à “província menor”, já emancipada e, de fato e de direito, independente da Bahia.

É preciso assinalar que, mesmo a pandemia tendo imposto uma nuvem negra sobre as celebrações do Bicentenário de Sergipe, em 2020, temos até dezembro deste ano para celebrar essa efeméride, rememorando o ato imperial de dezembro de 1822, que efetivou a vontade da carta régia de dois anos antes.

Nesse sentido, encerro parafraseando o Hino de Sergipe e dizendo: Alegrai-vos, sergipanos. Eis que ainda há tempo de celebrar sua mais bela aurora.